

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.312 - SP (2019/0302442-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ROBERTO CONEGUNDES PEREIRA**  
**ADVOGADO : ROBERTO CONEGUNDES PEREIRA - SP056728**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : WANDERSON NOGUEIRA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

O **paciente** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal estadual** em habeas corpus.

Depreende-se dos autos que o réu teve sua **prisão preventiva decretada em 11/6/2019**, pela suposta prática do delito descritos no **arts. 157, § 2º, II e V, e § 2º-A, I, do Código Penal, e 244-B, da Lei n. 8.069/1990**, em concurso material (fls. 19-21).

Irresignada com o cárcere, a defesa impetrou prévio *mandamus* perante a Corte de origem, que lhe denegou a ordem, preservando a custódia provisória do insurgente (fls. 30-35).

Nas razões deste *writ*, sustenta a defesa, resumidamente, o não preenchimento dos **requisitos para a imposição da medida extrema elencados no art. 312 do Código de Processo Penal**.

Alega que a custódia preventiva carece de fundamentação idônea, por haver desconsiderado as condições pessoais favoráveis do acusado e por estar embasada apenas da gravidade abstrata dos delitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do réu, ou a aplicação de medidas cautelares diversas.

### **Decido.**

A análise da decisão impugnada neste feito **não revela**, a um primeiro olhar, **ilegalidade na constrição da liberdade** a ensejar o desejado atendimento do pedido formulado na impetração.

Ao decretar a custódia preventiva do acusado, o Magistrado natural da causa assim fundamentou (fl. 20, grifei):

[...]

**Resta mais que assentado o *fumus commissi delicti*.**

**Quanto ao *periculum in libertatis*, verifico que o representado estaria envolvido em crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, em que a vítima permaneceu com a sua liberdade restrita, além de ter sido agredida durante a execução do crime, o que denota a periculosidade do agente e a gravidade em concreto dos fatos.**

Ademais, o fato é de acentuada gravidade não só pela maneira de execução como por sinalizar aprofundamento na criminalidade - quem se dispõe a ameaçar outro ser-humano para obter lucro patrimonial (sem causa jurídica - de forma ilícita) indica oferecer risco social elevado, impondo a necessidade de custódia cautelar desde logo.

**Verifico, ainda, que não há indicação precisa: de endereço fixo, pelo que a soltura é prejudicial à conveniência da instrução criminal e à (eventual) futura aplicação da lei penal; e de atividade laboral remunerada atual, denotando que a prática de ilícitos porventura seja mesmo adotada como modelo de vida, pelo que a ordem pública deve ser assegurada contra a consecução de novos delitos.**

A Corte de origem, ao manter a constrição cautelar do réu, assentou (fls. 32-34, destaquei):

[...]

Segundo apurado, a vítima conduzia o veículo acima descrito na via pública, quando foi abordada pelo adolescente infrator, que portava um simulacro de arma de fogo, juntamente com o paciente e o comparsa não identificado. Os agentes renderam a vítima e ingressaram no veículo, determinando que permanecesse no automóvel, restringindo, pois, sua liberdade.

Após a consumação do crime, a vítima, ainda em poder do paciente e seus comparsas, avistou uma viatura policial, razão pela qual atirou-se para fora do veículo, chamando a atenção dos policiais militares. Ato contínuo, o adolescente, que conduzia o automóvel, propositadamente acelerou em direção à viatura policial, com ela colidindo. O infrator foi detido, no entanto, o paciente e o outro agente

**conseguiram escapar.**

Em 7 de junho de 2019, policiais militares realizavam patrulhamento ostensivo quando abordaram o ora paciente, o qual confessou haver participado do roubo em companhia do adolescente infrator.

**O paciente foi detido e, em sede policial, foi reconhecido pela vítima como um dos autores do crime.**

[...]

Registre-se, ainda, que, **como bem apontou o juízo a quo na decisão de fls. 24/26, o caso em apreço se trata de crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, no qual a vítima permaneceu com sua liberdade restrita, além de ter sido agredida durante o *iter criminis*, o que sinaliza a periculosidade do agente, bem como a gravidade em concreto dos fatos.** Soma-se a isso que há o reconhecimento positivo da vítima, apontando o paciente como o autor do delito.

Ademais, **eventuais condições pessoais favoráveis do paciente não são garantidoras de eventual direito de liberdade quando os elementos constantes dos autos recomendam a manutenção da custódia cautelar.**

Essas circunstâncias evidenciam, à primeira vista, a necessidade de manutenção da prisão preventiva para assegurar a ordem pública, dada **a gravidade concreta dos delitos praticados, diante da restrição de liberdade e ameaças contra a vítima, do concurso com dois agentes, sendo um deles menor de idade, e da colisão provocada do veículo da vítima com a viatura policial pela via pública para assegurar a fuga**, tudo a ensejar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a garantia da ordem pública.

À vista do exposto, não constato, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

**Indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, encarecendo o envio de notícias sobre qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em seguida, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

